

EDITAL DE SELEÇÃO DISCENTE nº. 02/2020 - Turma 2021

[complementar ao Edital de Seleção Discente 01/2020]

A Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas - PPGDP, nível Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Goiás, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, **aprova**, e esta Coordenação **torna público**, para conhecimento dos interessados, que no período de **18/01/2021 a 04/02/2021**, em conformidade com as exigências do Regulamento do PPGDP-UFG (Resolução CEPEC n. 1451/2017), da Resolução CEPEC Nº 1403/2016, da Resolução CONSUNI Nº 07/2015 e da Portaria Nº 1049/2019, estarão abertas as inscrições para a **seleção de alunos regulares da turma de mestrado** para vinculação aos projetos de pesquisa atualmente desenvolvidos pelos professores(as) orientadores(as) no âmbito do Programa, junto à Área de Concentração “Direito da Administração e das Políticas Públicas”, dentro das seguintes linhas de pesquisa (linhas de atuação):

I – “Regulação, Efetividade e Controle Constitucional das Políticas Públicas”, que concentra esforços na investigação das experiências concretas de regulação, processamento e controle jurídico- constitucional da Administração Pública no trato de Políticas Públicas, visando a construir, no contexto brasileiro, análises e diagnósticos crítico-propositivos destinados a uma otimização da responsividade na esfera pública frente a seus propósitos constitucionais.

II – “Segurança Pública: Políticas e Efetividade Constitucional”, que concentra esforços na investigação das experiências e fenômenos jurídicos concretos relacionados às Políticas de Segurança Pública, encaradas como objeto privilegiado para se pensar a complexidade constitucional e a conflitividade social, visando a realização de análises e diagnósticos crítico- propositivos acerca da realidade da Segurança Pública no Brasil e das políticas e práticas adotadas com foco na efetivação de um modelo constitucionalmente adequado.

1. Do público e das vagas

1.1. Este Edital é válido pelo período que transcorre entre sua publicação e 30 dias após o término das matrículas no Programa de Pós-Graduação, prevista para 01 de março de 2021.

1.2. A presente seleção destina-se à oferta de 9 (nove) vagas não preenchidas no Edital 01/2020, para alunos regulares do Programa, com graduação preferencialmente na área do Direito (vide itens 1.6 e 1.7 deste edital). A distribuição das vagas está descrita abaixo, conforme previsto nos convênios firmados pelo Programa e, a partir de processo de seleção, as vagas serão distribuídas, nos termos dos autorizativos legais referentes às peculiaridades da categoria Mestrado Profissional e dos convênios de autofinanciamento firmados pelo Programa, de modo a sempre preservar a autonomia do Programa para a seleção dos candidatos e para a definição dos requisitos de qualidade e desempenho para o ingresso, com as seguintes segmentações:

1.2.1. 2 (duas) vagas, sendo 1(uma) para ampla concorrência e 1(uma) reservada para pretos, pardos e indígenas, destinadas aos candidatos que pertençam ao grupo profissional dos servidores efetivos da Procuradoria Geral do Estado de Goiás;

1.2.2. 1 (uma) vaga reservada para pretos, pardos e indígenas, destinada aos candidatos que pertençam ao grupo profissional dos conselheiros, procuradores, auditores ou servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

1.2.3. 6 (seis) vagas, sendo 5(cinco) para ampla concorrência e 1(uma) reservada para pretos, pardos e indígenas, destinadas aos candidatos que pertençam ao grupo profissional dos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

1.2.4. As vagas destinadas às categorias profissionais específicas (constantes dos itens 1.2.1, 1.2.2, 1.2.3) eventualmente não preenchidas não serão revertidas para os demais segmentos de vagas.

1.2.5. A habilitação da inscrição para as vagas destinadas às categorias profissionais específicas (constantes dos itens 1.2.1, 1.2.2, 1.2.3) observará também, no que couber, às normas internas de cada instituição, sempre preservando a plena autonomia da UFG para a seleção dos candidatos.

2. Da Inscrição

2.1. A inscrição será feita no período de **18/01/2021 a 04/02/2021**.

2.2. As solicitações de inscrições deverão ser realizadas exclusivamente pelo endereço de correio eletrônico do PPGDP-UFPG: ppgdp.direito@ufg.br.

2.2.1. Além do envio para o email institucional, para garantia e como procedimento de segurança, o email deverá também ser copiado para o seguinte endereço: ppgdp.ufg@gmail.com.

2.2.2. O email de inscrição deverá ser identificado com o seguinte título “Pedido de Inscrição no PS 02/2020 PPGDP-UFPG”.

2.2.3. Quando da realização da inscrição, o candidato assume, sob as penas da lei, conhecer as instruções específicas do Processo Seletivo e possuir os documentos comprobatórios para satisfação das condições exigidas por este edital.

2.2.4. As informações prestadas no preenchimento do formulário de inscrição (Anexo I) são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão de Seleção do direito de excluir do processo seletivo, mesmo que tenha sido aprovado em todas as provas, independente de qualquer aviso ou diligência, aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos, cabendo, neste caso, ampla defesa.

2.2.5. A solicitação de inscrição somente será concluída mediante confirmação, pela Secretaria do PPGDP-UFPG, do **recebimento da documentação exigida no item 2.3** e do **pagamento do boleto (GRU)** em qualquer agência bancária, impreterivelmente, **até o 04/02/2021**.

2.2.6. O boleto (GRU), com a autenticação mecânica de pagamento até a data limite do vencimento, será o único comprovante de pagamento aceito e o mesmo deve ser solicitado através de correio eletrônico por meio dos endereços informados nos itens 2.2 e 2.2.1, solicitação esta que deve ser encaminhada ao PPGDP **até o dia 02/02/2021**.

2.2.7. O PPGDP-UFPG não se responsabiliza por qualquer tipo de problema técnico que impeça o envio do email de inscrição e dos documentos exigidos para efetivar a solicitação de inscrição no prazo determinado.

2.2.8. É de inteira responsabilidade do candidato a impressão e a guarda do comprovante de pagamento de envio do email e de pagamento do boleto respectivo.

2.2.9. **Não serão aceitas inscrições recebidas por via postal ou por protocolo presencial.**

2.3. No ato de inscrição serão entregues, via email, pelo candidato (em arquivos PDF), os seguintes documentos:

2.3.1. Ficha de inscrição devidamente preenchida constante no Anexo I deste Edital;

2.3.2. Cópia do documento de Cadastro de Pessoa Física (CPF);

2.3.3. Cópia da Carteira de Identidade ou, no caso de estrangeira/o, do Passaporte ou RNE;

2.3.4. Cópia do comprovante de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino, salvo se o candidato for estrangeiro;

2.3.5. Cópia autenticada do Diploma de Graduação em Direito ou, excepcionalmente, em outra área do conhecimento, desde que atendidos, neste caso, os requisitos previstos no §5º do art. 15 do Regulamento do Programa (Resolução CEPEC/UFPG n. 1451/2017); ou comprovante de que está apto a concluir o Curso de Graduação até a data da primeira matrícula no Programa;

2.3.6. Termo de declaração étnico-racial para os candidatos negros (pretos ou pardos) e indígenas que pretendam concorrer às vagas destinadas a ação afirmativa (Anexo II), observado, ainda, em relação a candidatos indígenas, o disposto no item 3.4 do presente edital;

2.3.7. Cópia do Histórico Escolar de Graduação;

2.3.8. Uma Fotografia recente, preferencialmente em formato 3x4;

2.3.9. Cópia do documento comprobatório de suficiência em língua estrangeira (se for o caso), conforme o que consta no item 5.6.4;

2.3.10. Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais). A guia de recolhimento (G.R.U.) deverá ser solicitada junto à secretaria do PPGDP por meio dos endereços eletrônicos ppgdp.direito@ufg.br e ppgdp.ufg@gmail.com, mediante envio do **nome completo, CPF e endereço com CEP, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à inscrição**, para que o boleto possa ser gerado adequadamente;

2.3.11. Projeto de pesquisa, em dois arquivos PDF, sendo um com identificação de autoria e um sem identificação de autoria, bem como um arquivo sem identificação de autoria, em formato .doc ou

.odt., o três atendendo aos seguintes requisitos:

- a) Deve possuir até 15 páginas (fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5 e margens esquerda, direita, superior e inferior de 2,5 cm);
- b) **É obrigatória a versão não identificada do Projeto, sob pena de eliminação do processo seletivo;** para tal receberão um número, correspondente ao código do candidato, quando da inscrição (a versão identificada deve ser entregue no ato da inscrição somente para fins de arquivamento junto à secretaria);
- c) O Projeto deve tematicamente inserir-se numa das duas linhas de pesquisa do Programa e, indispensavelmente, deve indicar a qual linha de pesquisa e também a qual projeto de pesquisa coletivo prioritário se pretende vincular, dentre os sete projetos que recebem alunos nesse certame (descrições pormenorizadas no Anexo III deste edital). Estas indicações devem compor a capa do projeto, que, assim, deverá informar: o título do projeto discente apresentado; a indicação do projeto coletivo prioritário (vide lista no Anexo III e descrição na página do Programa: <https://ppgdp.direito.ufg.br/p/19504-projetos-prioritarios>); e a respectiva linha de pesquisa. O candidato não deverá indicar orientador, que será escolhido pelo Programa, dentre os professores participantes do projeto coletivo prioritário indicado pelo candidato.
- d) Deve estar de acordo com a seguinte estrutura indicada, seguindo-se subsidiariamente as regras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) número 15287 que versa sobre projetos de pesquisa:

- I. Delimitação do Tema e caracterização do (s) problema (s) específico (s) a ser (em) pesquisado (s);
- II. Justificativa: especialmente no que se refere à vinculação e contribuição do projeto a uma das Linhas de Pesquisa e a um dos projetos coletivos de pesquisa do PPGDP listados no Anexo III, bem como à relevância da pesquisa para o campo das Políticas Públicas e para a realidade profissional do trato jurídico de Políticas Públicas;
- III. Objetivos (geral e específicos) e hipótese(s) de trabalho; podendo ser dispensada a enunciação de hipótese(s) apenas nos casos expressamente fundamentados pelo candidato no projeto;
- IV. Referenciais teóricos principais: base teórica que fundamenta a proposta do projeto e sua relação com os problemas da realidade jurídica a serem enfrentados;
- V. Aspectos metodológicos: referente às abordagens e procedimentos metodológicos; recursos, técnicas ou instrumentos metodológicos que pretendem ser empregados; e as etapas metodológicas que pretendem ser desenvolvidas.
- VI. Referências bibliográficas preliminares.

13.13. Currículo Lattes impresso e atualizado.

13.14. Ficha de Avaliação do Currículo (Anexo IV), seguindo as instruções do item 5.8, devidamente preenchida pelo candidato, acompanhada de **todos** os documentos comprobatórios.

§1º: Quaisquer dos documentos apresentados na inscrição podem posteriormente vir a ser requeridos para conferência, como requisito para matrícula.

§2º: Será indeferida a inscrição caso esteja faltando algum dos itens acima ou caso a documentação apresentada esteja em desacordo com o solicitado.

§3º: Concluída a solicitação de inscrição, os dados referentes ao candidato ficarão disponíveis para consulta, conferência e acompanhamento no link “Acompanhe sua Inscrição”, na página do Programa.

§4º: O candidato que efetuar mais de uma inscrição será inscrito somente naquele que corresponde à data de inscrição mais recente, sendo as demais desconsideradas.

§5º: Não serão aceitas, em hipótese alguma, inscrições condicionais, extemporâneas, por via postal, via fax ou via correio eletrônico.

2.4. O pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), deverá ser efetuado impreterivelmente dentro do limite de prazo previsto para este ato no item 2.2.5, mesmo que o último dia para o pagamento coincida com feriado;

2.5. Não será concedida isenção de taxa de inscrição no presente edital, tendo em vista a natureza dos público alvo específico do mesmo (servidores de nível superior do setor público).

2.6. Candidatos estrangeiros com visto permanente no Brasil ou brasileiros portadores de títulos de

graduação obtidos no exterior deverão apresentar no ato da matrícula, se aprovados, o documento de revalidação, termo de acordo ou tratado internacional, acompanhado de tradução oficial, nos termos da legislação vigente. A exigência de revalidação de diplomas obtidos no exterior é dispensada para candidatos estrangeiros com visto temporário.

2.7. Nos termos do art. 15, §5º do Regulamento do Programa, excepcionalmente, graduados em outras áreas do conhecimento poderão ser admitidos no Mestrado Profissional, desde que comprovem, a juízo da CPG (emitido quando da avaliação da homologação das inscrições), expertise profissional relevante relacionada à área de concentração do Programa ou formação acadêmica de qualidade diretamente relacionada à área de concentração do Programa, requisitos estes que devem constar no currículo Lattes do candidato, bem como estar relatados sinteticamente na forma de um anexo ao projeto de pesquisa.

2.8. Ficam dispensados da necessidade de demonstração dos requisitos acima os egressos de Cursos superiores nas áreas de Administração, Ciências Sociais, Ciência Política ou Economia, desde que com ênfase ou habilitação em Políticas Públicas.

2.9. Em caso de complementação de documentos, o candidato poderá, durante o período previsto para o envio da documentação, substituir o arquivo anteriormente enviado.

2.10. Caso o candidato faça mais de um envio de email, é considerado apenas o último email enviado que deverá estar com documentos completos. Os demais são excluídos automaticamente.

2.11. Compete ao candidato, conferir se os arquivos foram devidamente anexados ao email.

2.12. O candidato deverá manter aos seus cuidados o original dos documentos para, caso seja necessário, enviá-los para a confirmação da veracidade das informações.

2.13. O PPGDP-UFV não mantém qualquer tipo de registro e/ou histórico dos arquivos enviados por candidato não aprovado.

2.14. Aos(as) candidatos(as) com deficiência – física, visual ou auditiva – é assegurado o direito de requerer condições para fazer as provas em salas especiais. Tais condições não incluem atendimento domiciliar. Candidatos(as) com deficiência deverão entregar juntamente com os documentos exigidos para a inscrição, um requerimento solicitando as condições especiais necessárias para a realização das provas. Deve ser anexada declaração ou atestado médico que especifique o grau ou o tipo de necessidade especial. Os(as) candidatos(as) com deficiência deverão submeter-se, quando convocados(as), a exame realizado pela Junta Médica da UFV, que terá poder de decidir se o(a) candidato(a) necessita ou não de condições especiais para fazer as provas e opinará sobre o grau de necessidade

2.15. Cabe à Coordenação do Programa homologar as inscrições que cumprirem integralmente o disposto neste Edital, publicando lista contendo a relação das inscrições deferidas, que será divulgada na data prevista no Cronograma, no site do PPGDP-UFV (ppgdp.direito.ufv.br).

2.16. Não serão homologadas as inscrições com documentação incompleta ou que não atendam às condições exigidas neste Edital.

2.17. O candidato poderá interpor recurso, contra a Relação Preliminar das Inscrições Homologadas no prazo das 48 horas, contadas a partir da divulgação, por email (os mesmos já indicados).

2.18. A relação final das inscrições homologadas será divulgada no site do Programa (ppgdp.direito.ufv.br) na data prevista do Cronograma.

3. Das vagas para ações afirmativas: negros (pretos e pardos) e indígenas

3.1. Por força do Art. 1º da Resolução CONSUNI 07/2015, “os cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Goiás adotarão ações afirmativas para a inclusão e a permanência da população negra e indígena no seu corpo discente”.

3.2. O programa de Pós-Graduação define, neste edital, conforme mandamento previsto na Resolução CONSUNI 07/2015, que vinte por cento (20%), ou seja, 3 (três) vagas, serão reservadas para negros (pretos e pardos) e indígenas, distribuídas igualmente entre as diferentes destinações (segmentos profissionais) de vagas previstas no item 1.2 deste Edital (itens 1.2.1 a 1.2.5);

3.3. Consideram-se negros (incluindo pretos e pardos) e indígenas, para os fins desta Resolução, os

candidatos que se autodeclararem como tal, em documento de autodeclaração preenchido no ato da inscrição no processo seletivo, conforme os quesitos cor, raça e etnia utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.4. No caso de candidatos indígenas, é preciso que o candidato apresente a cópia do registro administrativo de nascimento e óbito de índios (RANI) ou declaração de pertencimento emitida pelo grupo indígena assinada por liderança local.

3.5. Os candidatos pretos, pardos e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo e nos termos do item 3.2 acima.

3.6. Os candidatos pretos, pardos e indígenas concorrerão em igualdade com os demais no tocante às provas e requisitos mínimos para aprovação.

3.7. Não havendo candidatos pretos, pardos ou indígenas aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, estas serão ocupadas pelos demais candidatos aprovados, conforme a ordem de classificação no processo seletivo, emitida para cada destinação específica prevista no item 1.2, nos termos deste edital.

3.8. Todos os candidatos que, tendo preenchido e assinado termo de autodeclaração, forem aprovados e classificados no certame, serão convocados para entrevista de verificação, a ser realizada pela Comissão de Heteroidentificação, em conformidade com a Portaria 1049/2019, ficando a respectiva vaga condicionada à aprovação na análise da referida comissão.

4. Do Processo de Seleção

4.1. A seleção dos candidatos será realizada por Comissão Examinadora indicada pela Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas - PPGDP e constituída por professores e/ou pesquisadores em pos-doutoramento do PPGDP, podendo ser designadas Subcomissões Examinadoras específicas, por etapa de avaliação, podendo destas fazer parte outros professores doutores indicados pelo Programa ou pesquisadores convidados, banca(s) esta(s) que deverá ser previamente divulgadas na forma do item 7, do Cronograma.

4.2. O Processo de Seleção compreenderá 04 (quatro) etapas:

- A. Primeira etapa: Exame de Projeto de Pesquisa, de caráter eliminatório e classificatório;
- B. Segunda etapa: Exame de Língua Estrangeira, de caráter eliminatório;
- C. Terceira etapa: Exame Oral, de caráter eliminatório e classificatório;
- D. Quinta etapa: Exame de Currículo, de caráter classificatório.

4.3. A aprovação e classificação final dos candidatos será feita de acordo com as regras constantes deste capítulo.

431. Será atribuído resultado Aprovado ou Reprovado no Exame de Língua Estrangeira, não sendo a nota respectiva utilizada para efeito de composição da média final.

432. Será atribuída nota de 0 a 10 (zero a dez), com até duas casas decimais, em todas as etapas do processo seletivo.

433. Serão eliminados do processo seletivo os (as) candidatos (as) que obtiverem nota inferior a 7,0 (sete) no Exame do Projeto de Pesquisa, Exame de Língua Estrangeira, Exame de Conhecimentos Específicos ou no Exame Oral.

434. Não há obrigatoriedade de preenchimento do limite de candidatos a serem classificados em todas as etapas do processo seletivo

435. A média final dos candidatos aprovados será estabelecida de acordo com o seguinte cálculo:

435.1. A nota aferida no Exame do Projeto de Pesquisa terá peso igual a 40% da nota final

435.2. A nota aferida no Exame Oral terá peso igual a 30% da nota final.

4353. A nota do Exame do Currículo terá peso igual a 30 % da nota final

436. As avaliações serão realizadas por intermédio da aplicação de critérios objetivos dispostos nos itens 5.5, 5.6, 5.7, 5.8 deste edital

5. Das provas

- 5.1. As avaliações das etapas Primeira e Quarta serão realizadas pela Banca a partir dos documentos apresentados na inscrição.
- 5.2. As avaliações das etapas Segunda e Terceira se darão por meio remoto, respeitando-se o atual contexto de Pandemia da Covid19. Para tanto, será utilizado o aplicativo Gmeet, podendo ser feito uso de outras ferramentas. Após o ato de Homologação das Inscrições a Comissão de Seleção enviará, por meio de Portaria, as instruções necessárias de acesso e procedimento de prova em meio Remoto.
- 5.3. O candidato que não estiver em condições adequadas de acesso online ao ambiente de prova, no seu respectivo horário de realização, nos termos da supracitada Portaria, estará automaticamente desclassificado.
- 5.4. Durante a realização de qualquer etapa do processo avaliativo, não será permitido o uso de telefones celulares, *paggers*, radiocomunicadores, relógios, *tablets* ou quaisquer outros aparelhos similares, ou o uso de outros aplicativos que não o(s) estritamente necessários para a realização da prova, nos termos indicados pela Comissão de Seleção em Portaria.

5.5. Primeira etapa: Exame do Projeto de Pesquisa (classificatória e eliminatória)

551. A análise do Projeto de Pesquisa será realizada pela Comissão de Seleção, de acordo com os seguintes critérios (detalhado em ficha de avaliação no **ANEXO V**):
 - A. Compatibilidade com a Linha de Pesquisa e Projeto de Pesquisa Institucional (ANEXO III) escolhidos, bem como relevância científica e profissional da pesquisa no campo do Direito e das Políticas Públicas (valor: de 0 a 2,0 pontos);
 - B. Capacidade de desenvolvimento da proposta de projeto discente junto a(aos) membro(s) do corpo docente do Projeto Institucional indicado (valor: 0 a 1,0 pontos).
 - C. Demonstração de exequibilidade da proposta, para o tempo previsto do mestrado profissional (valor: de 0 a 1,0 pontos).
 - D. Qualidade da redação e da articulação dos conceitos e argumentos aos problemas e objetivos propostos (valor: de 0 a 2,0 pontos);
 - E. Fundamentação teórica, consistência metodológica e adequação da bibliografia ao tema proposto (valor: de 0 a 2,0 pontos);
 - F. Articulação da investigação proposta com a dimensão prático-profissional em que está inserida (valor: de 0 a 2,0 pontos).
552. Projetos em que se identifique plágio total ou parcial serão desclassificados, o que implica a reprovação imediata do candidato.
553. A Comissão Examinadora não se encontra obrigada a classificar um número mínimo de candidatos.

5.6. Segunda etapa: Exame de Língua Estrangeira (eliminatória)

561. O Exame de língua estrangeira constará na leitura e tradução de trecho de texto acadêmico originalmente redigido na língua estrangeira escolhida pelo candidato (contendo entre 100 e 150 palavras), destinando-se à verificação das habilidades de leitura, interpretação e tradução relativas à língua escolhida e terá a duração de até 20 minutos para cada candidato.
562. Os candidatos deverão eleger o idioma para realização de Exame de Língua Estrangeira, no ato de inscrição, informando na respectiva ficha sua opção por um dos seguintes idiomas: inglês, francês, espanhol ou italiano.
563. Dos candidatos estrangeiros exigir-se-á comprovação de domínio da Língua Portuguesa CELPE-BRAS (pontuação mínima entre 2 e 2,75 - nível intermediário)
564. Os portadores de diploma ou certificado oficial de suficiência em língua estrangeira, reconhecidos internacionalmente, obtidos no Brasil ou no exterior, poderão solicitar, **no ato da inscrição**, a dispensa do exame de suficiência em língua estrangeira. Caberá à Comissão de Seleção deferir ou indeferir a solicitação, segundo os seguintes critérios (as situações não previstas serão decididas pela Comissão de Seleção):

- a. Para Língua Inglesa deve ser apresentado certificado do Test of English as Foreign Language – TOEFL (mínimo de 213 pontos para o Computer-based-Test - CBT - ou 550 pontos para o Paper-based-Test ou 80 pontos para o Internet-based-Test – IBT) ou ainda, do International English Language Test – IELTS (mínimo de 6,0 pontos);
 - b. Para Língua Francesa deve ser apresentado certificado da Aliança Francesa comprovando ou aprovação em teste de proficiência preparado para CAPES/Cnpq ou diploma Delf, nível B1;
 - c. Para Língua Espanhola deve ser apresentado o DELE (Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira), outorgado pelo Instituto Cervantes, com nível B2 (nível intermediário) como mínimo exigido;
 - d. Para Língua Italiana deve ser apresentado o CELI (Certificado de Conhecimento de Língua Italiana) e CILS (Certificado de Italiano como Língua Estrangeira), como nível B2 (intermediário) como mínimo exigido.
 - e. Para todas as quatro línguas acima, pode ser apresentado, alternativamente, o CASLE, certificado emitido pela Faculdade de Letras da UFG, com nível avançado, como mínimo exigido.
- 5.65.** Também estarão dispensados do exame de línguas os candidatos que já tenham obtido aprovação nesta etapa em outro processo seletivo de Programa de Pós-Graduação devidamente reconhecido no sistema CAPES, ocorrido em período não anterior a 5 (cinco) anos, mediante apresentação de respectiva declaração, ou documento que demonstre de forma inconteste a aprovação em prova de língua junto a Programa;
- 5.66.** Exames de língua estrangeira serão avaliados pela Banca Examinadora (ou subcomissão examinadora designada dentre docentes da UFG ou docentes de outras IES indicados na respectiva Portaria) e as avaliações apreciarão os seguintes critérios:
- A. Leitura adequada do texto, com pronúncia suficiente (0 a 3,0 pontos);
 - B. Capacidade do candidato em demonstrar compreensão do texto objeto da avaliação sem prejuízo à sua correta compreensão global, em nível acadêmico e segundo a acuidade esperada na pós-graduação (de 0 a 4,0 pontos);
 - C. Capacidade do candidato em expressar com precisão em língua portuguesa os respectivos sentidos das palavras, das afirmações e das expressões do texto objeto da tradução, em cada uma de suas sentenças ou partes (de 0 a 3,0 pontos);
- 5.67.** A banca do exame emitirá nota de zero a dez, mas o resultado final divulgado consistirá apenas em juízo de aprovação ou reprovação, não entrando no cálculo da média final dos candidatos a nota obtida, sendo 7,0 (sete) a nota mínima de aprovação.
- 5.68.** É vedada a utilização de dicionários ou quaisquer outros materiais de consulta durante a realização deste exame.

5.7. Terceira etapa: Exame Oral Conhecimentos Específicos (classificatória e eliminatória)

5.7.1. O Exame Oral consistirá em arguição de uma banca ao candidato, tanto quanto a conhecimentos específicos relacionados aos textos indicados no Anexo VI deste Edital, quanto de habilidades em metodologia e domínio do estado da arte, referentes ao projeto de pesquisa apresentado.

5.7.2. Terá a duração máxima de 30 minutos para cada candidato e consistirá em duas partes: Uma primeira, com até 5 (cinco) minutos no total de arguição por parte dos professores, sobre questões de conhecimento específico relacionadas aos textos do Anexo VI, seguido de até 10 (dez) minutos para respostas do candidato (podendo haver questionamentos complementares pela banca durante a resposta, sem prejuízo do tempo de até 10 minutos do candidato). Uma segunda parte, na sequência, com até 5 (cinco) minutos no total de arguição por parte dos professores, sobre questões relativas às habilidades metodológicas e de domínio dos temas relacionados ao projeto de pesquisa apresentado, seguido de até 10 (dez) minutos para respostas do candidato (podendo haver questionamentos complementares pela banca durante a resposta, sem prejuízo do tempo de até 10 minutos do candidato). O tempo total da avaliação não pode ultrapassar 30 minutos.

5.7.3. A Comissão Examinadora (ou subcomissão designada dentre docentes da UFG ou outra IES indicados na respectiva Portaria) elaborará as perguntas que podem variar de candidato a candidato, mas sempre dentro dos parâmetros indicados neste item 5.7 e subitens.

5.7.4. Não será permitida consulta a textos ou a anotações de qualquer natureza durante a arguição;

- 575.** As provas serão avaliadas pela Comissão Examinadora de acordo com os seguintes critérios (Anexo VII):
- Quanto à primeira parte:
- A. Grau de conhecimento demonstrado sobre os textos do Anexo VI indicados na arguição (s) questão(ões) (valor: de 0 a 2,0 pontos);
 - B. Capacidade em depreender o sentido das teses, conceitos e argumentos apresentados pelo(s) texto(s) indicados e responder ao proposto com coerência e clareza quanto aos argumentos e correção quanto ao perguntado (valor: de 0 a 2,0 pontos).
- Quanto à segunda parte:
- C. Demonstração de conhecimentos sobre o estado da arte do debate científico acerca da linha de pesquisa e do projeto institucional para os quais apresenta a inscrição, bem como acerca do recorte do projeto de pesquisa discente proposto na inscrição, especialmente quanto ao fenômenos sociais e jurídicos e problemas profissionais diretamente pertinentes ao tema (0 a 2,0 pontos);
 - D. Potencialidades do(a) candidato(a) para a realização de pesquisa e de estudos avançados no âmbito do Programa, notadamente em vista da exequibilidade do projeto e da demonstração das capacidades de bem executar o projeto (0 a 2,0 pontos);
 - E. Domínio do ferramental científico metodológico que a banca entende necessário à consecução do projeto, seja aquele diretamente indicado no mesmo, seja aquele que a banca entender necessário à execução dos objetivos da pesquisa, ainda que não indicados pelo candidato (0 a 2,0 pontos)
- 576.** Em todos os quesitos de avaliação a banca irá analisar a clareza, objetividade, coerência e precisão das respostas.

5.8. Quinta etapa: Exame de Currículo (classificatória).

- 581.** O currículo será avaliado pela Comissão Examinadora a partir dos critérios que constam no Anexo IV (Ficha de Avaliação do Curriculum Vitae) do presente edital.
- 582.** O candidato apresentará os documentos comprobatórios de títulos, junto com cópia digital atualizada do Currículo Lattes, bem como da Ficha de Avaliação de Títulos, preenchida pelo candidato, com o quantitativo e a produção que o mesmo acredita possuir, na data de realização da respectiva inscrição.
- 583.** Os documentos comprobatórios do Currículo Lattes deverão obrigatoriamente ser apresentados, na forma de anexo à ficha de avaliação e na ordem disposta na mesma, sob pena de não serem pontuados. A notoriedade do título não dispensará a obrigatoriedade de apresentação da respectiva comprovação.
- 584.** A pontuação dos currículos será convertida em notas de zero (0) a dez (10) tendo como referência o currículo com maior pontuação, que receberá a nota 10. As demais notas serão calculadas por *regra de três* simples.

6. Regras Gerais sobre a realização das etapas do Processo de Seleção

- 6.1.** As vagas disponibilizadas para este Processo Seletivo só serão integralmente preenchidas se houver número suficiente de candidatos aprovados em todas as fases e respeitando-se as regras de distribuição entre os segmentos de vagas.
- 6.2.** A nota final do candidato será calculada pela média ponderada das notas obtidas nas seguintes etapas do processo seletivo, de acordo com o item 4.3.5..
- 6.3.** Concluído o processo seletivo serão divulgados os resultados, com suas respectivas médias finais, relacionados em ordem decrescente de classificação.
- 6.4.** Os resultados serão divulgados no site eletrônico do PPGDP (ppgdp.direito.ufg.br).
- 6.5.** Recursos poderão ser interpostos por email direcionado à Secretaria do PPGDP (ppgdp.ufg@gmail.com) e endereçados à Comissão de Seleção (por meio de arquivo PDF assinado), no prazo de 48 horas da divulgação do Resultado, ocasião em que a própria Comissão de Seleção apreciará o recurso em juízo de revisão e, em caso de manutenção da controversia, o encaminhará com informações à Coordenadoria Colegiada do PPGDP-UFG.
- 6.6.** Será concedida ao candidato vista das fichas de avaliação pela Secretaria do PPGDP, desde que

requisitado no horário das 13:00 às 18:00 horas, também por email e dentro do prazo recursal. O atraso do candidato em procurar a secretaria para vista do processo não dilatará o prazo recursal. **Será considerado inépto e sem objeto o recurso que atacar de forma genérica o resultado, sem indicação dos pontos específicos de discordância, acompanhado da respectiva fundamentação da discordância.**

- 6.7. As etapas Segunda, Terceira e Quarta serão realizadas em sequência, com divulgação conjunta dos resultados ao final da Quarta etapa, cabendo nesse momento o recurso pertinente à eventual etapa em que se questiona nota recebida.
- 6.8. Não serão divulgadas notas de candidato reprovado, quanto às etapas subsequentes à etapa de reprovação, salvo se, após recurso, o resultado for alterado para aprovação.
- 6.9. A inscrição no presente processo seletivo implica em concordância no todo com o respectivo Edital, restando preclusa a oportunidade de questionamento do mesmo, após realizada a inscrição.
- 6.10. Nos resultados preliminar e final do Processo Seletivo serão indicados quais foram os candidatos autodeclarados PPI e quais foram selecionados pelo sistema de cotas.

7. Da Comissão Examinadora e Subcomissões Examinadoras

7.1. A comissão e eventuais subcomissões examinadoras serão designadas, a primeira para atuar em todas as etapas do certame e as segundas para eventualmente atuar em etapa específica do certame, caso se verifique necessidade, quando serão designadas por portaria da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas, dentre os professores integrantes do corpo do próprio Programa ou, no caso das subcomissões, também por outros pesquisadores ou professores, portaria esta a ser divulgada no sítio do PPGDP-UFG, até a data designada pelo calendário constante no item 9, podendo cada examinador figurar em bancas de mais de uma etapa do processo.

- 7.2. Aplicam-se às Comissões as regras sobre suspeição e impedimentos previstas na legislação.
- 7.2.1. Qualquer candidato com inscrição homologada poderá alegar suspeição contra qualquer membro ou suplente de quaisquer das bancas, para Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas, **no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação da portaria que designar seus componentes**, formalizada em petição devidamente fundamentada e instruída com provas pertinentes, apontando uma ou mais das restrições estabelecidas no art. 20, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Passado este prazo, o questionamento da Comissão ou Sub-comissões ficará precluso, não podendo figurar como elemento de alegação recursal nas etapas vindouras do certame.
- 7.2.2. A Coordenação de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas decidirá sobre a alegação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de cuja decisão caberá interposição de recurso no prazo de dois dias úteis, a ser recebido sem efeito suspensivo, para o Conselho Diretor da Unidade e, seguidamente, para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, como última instância administrativa, em caso de novo recurso.
- 7.2.3. Em caso de acatamento da suspeição ou impedimento, a alteração na respectiva banca se dará por meio de publicação de portaria no sítio do PPGDP (ppgdp.direito.ufg.br).

8. Disposições Gerais

- 8.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação tácita das condições do processo seletivo tais como se acham estabelecidas no Edital e nas normas legais e regulamentares pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 8.2. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados à seleção, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia constar, ou na ocorrência de vícios de integridade acadêmica.
- 8.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo na Internet, no sítio do PPGDP (ppgdp.direito.ufg.br).
- 8.4. Os atos relativos ao presente certame, convocações, avisos e comunicados serão publicados na internet, no sítio do PPGDP (ppgdp.direito.ufg.br).

8.5. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao processo seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado da seleção.

8.6. O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital implicará sua eliminação da seleção, a qualquer tempo.

8.7. Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativos à habilitação, classificação ou nota de candidatos, valendo para tal fim os resultados publicados.

8.8. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado

8.9. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, sobretudo eletrônico, e telefone atualizados para viabilizar os contatos necessários.

8.10. A Universidade Federal de Goiás não se responsabiliza por eventuais prejuízos aos candidatos decorrentes de: a) endereço eletrônico errado ou não atualizado; b) endereço de correspondência não atualizado; c) endereço de correspondência de difícil acesso; d) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos, por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato; e) correspondência recebida por terceiros; f) eventuais alterações de datas ou horários no cronograma do Processo Seletivo em razão de necessidades de ajuste, no interesse do Programa.

8.11. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção designada pela CPG.

9. Do Cronograma:

O Processo de Seleção obedecerá ao seguinte calendário:

ATIVIDADE	PERIODO/PRAZO
Publicação do Edital	16/12/2020
Prazo para impugnação administrativa do Edital	17 e 18/12/2020
Inscrições	14/01/2021 a 04/02/2021
Prazo final para solicitar a GRU	02/02/2021
Homologação das inscrições e divulgação	05/02/2021
Prazo de interposição de recurso referente ao indeferimento de inscrições	08/02/2021
Apresentação do resultado dos recursos relativos a inscrições	09/02/2021
Divulgação, em ordem alfabética, dos candidatos definitivamente homologados	09/02/2021
Publicação das Comissões Examinadoras	09/02/2021
Prazo de interposição de recurso contra os membros das Comissões Examinadoras	11/02/2021
Apresentação do resultado do recurso contra os membros da comissão	12/02/2021
Exame de Análise de Projeto de Pesquisa	13/02/2021 a 15/02/2021
Divulgação dos resultados do Exame de Projeto de Pesquisa	15/02/2021
Prazo de interposição de recurso a respeito do resultado do exame de projeto de pesquisa	17/02/2021
Apresentação dos resultados dos recursos contra o resultado do exame de projeto de pesquisa	18/02/2021
Homologação dos resultados do exame de projeto de pesquisa	18/02/2021
Exame de Língua Estrangeira	19/02/2021
Realização do Exame Oral	20/02/2021



Exame de Currículo	22/02/2020
Divulgação dos Resultados do Exame de Língua Estrangeira, Exame Oral e Exame de Currículo	23/02/2021
Prazo de interposição de recurso a respeito do resultado do exame de Língua estrangeira; exame Oral e exame de Currículo	25/02/2021 (*sendo concedido novo prazo de 48 horas caso, no exame do recurso, o candidato obtenha sucesso e, com o consequente acesso a notas das etapas subsequentes, entenda por bem também questiona-las)
Previsão de divulgação dos resultados da apreciação dos recursos e divulgação do Resultado Preliminar Geral nos moldes do Edital	26/02/2021 (*podendo haver divulgação com sinalização de nota sob recurso, na hipótese descrita acima)
Previsão de matrícula e início de atividades dos aprovados e classificados para a V Turma do PPGDP-UFG	01/03/2021

10. Da Matrícula

10.1. Os candidatos aprovados deverão efetuar matrícula em 01/03/2021.

10.2. No ato da matrícula deverão ser entregues os seguintes documentos, sem prejuízo de outros que possam ser solicitados:

- A. Requerimento de matrícula (modelo na secretaria do programa);
- B. Declaração assinada pela/o candidata/o constando disponibilidade de 20 (vinte) horas semanais de dedicação às atividades do PPGDP, bem como compromisso de participação assídua e diligente às atividades do PPGDP-UFG nos termos do modelo disponível na secretaria do programa (a eventual ausência deste documento implica em perda da vaga);
- C. Diploma de conclusão do curso de graduação para os candidatos que apresentaram documento provisório na inscrição ao processo seletivo.

Edital aprovado em reunião da Coordenadoria do PPGDP em 23/11/2020.

Edital aprovado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação em 16/12/2020.

Goiânia, 16 de dezembro de 2020.

Coordenadoria do PPGDP-UFG Prof. Dr. Saulo de Oliveira P. Coelho
Coordenador do PPGDP-UFG

Ciente: Bartira Macedo de Miranda Santos
Diretora da FD-UFG

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO

DADOS PESSOAIS		
NOME:		
Data de Nascimento:	/ / . Local de Nascimento:	
Endereço:		
Bairro:	CEP: Cidade:	UF:
Fone Fixo: ()	Celular: () E-mail:	
Doc. Identidade:	Órgão Expedidor: C PF:	
Título do Projeto:		
Auto-identificação étnico-racial: (..) negro(preto ou pardo); (..) indígena; () branco; (..) outro.		
<p>1.Qual a formação superior do candidato (Curso)? _____</p> <p>1.1Qual universidade? _____</p> <p>2. Qual é atividade profissional do(a) candidato(a) atualmente? _____</p> <p>2.1 Regime de trabalho (horas/semana) _____</p> <p>3. O candidato é professor(a) de alguma Instituição de Ensino Superior? () Sim () Não</p> <p>Em caso afirmativo, qual? _____</p> <p>Qual o regime de trabalho? _____</p> <p>4. O candidato dispõe de tempo parcial (20 horas semanais) para dedicar-se ao curso? () Sim () Não Em caso negativo, dispõe de quantas horas? _____</p> <p>5. É aluno concluinte de curso de Graduação no 2º semestre de 2020?: () Sim () Não</p>		
LÍNGUA ESTRANGEIRA		
Opção de Língua Estrangeira para realização de Exame: () Espanhol () Inglês () Francês () Italiano		
<p style="text-align: center;">SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE REALIZAÇÃO DE EXAME EM LÍNGUA ESTRANGEIRA</p> <p>Solicito a dispensa/aproveitamento da realização do Exame para a Língua Estrangeira</p> <p>() Espanhol () Inglês () Francês () Italiano, pelo(s) seguinte(s) motivo(s) :</p> <p>() fui aprovado em Exame de Suficiência em Processo Seletivo em PPG reconhecido pela CAPES realizado nos últimos 5 anos (apresentar cópia de documento comprobatório);</p> <p>() sou portador(a) de Diploma/Certificado: TOEFL, IELTS, DELE, Aliança Francesa (DELF) ou CASLE (Faculdade de Letras/UFG) (apresentar cópia desse documento no ato da inscrição, o documento será analisado antes da homologação da inscrição).</p>		
INDICAÇÃO DA LINHA DE PESQUISA E DO PROJETO DE PESQUISA INSTITUCIONAL		

Linha de Pesquisa:

- () 1. Regulação, Efetividade e Controle Constitucional das Políticas Públicas
- () 2. Segurança Pública: Políticas e Efetividade Constitucional

PROJETO DE PESQUISA INSTITUCIONAL PRIORITARIO (Pertencentes às linhas acima indicadas):
<input type="checkbox"/> 1.1 Avaliação, controle e adequação constitucional de políticas públicas nas linguagens jurídica e sociopolítica: experiências de efetividade <input type="checkbox"/> 1.2 Finanças e políticas públicas: análises, planejamento e controle no contexto do federalismo cooperativo <input type="checkbox"/> 1.3 Políticas Públicas e Jurisdição Constitucional: controle de constitucionalidade e inclusão social <input type="checkbox"/> 1.4 Conflituosidade, consensualidade e políticas públicas: mediação, conciliação e arbitragem e outros mecanismos consensuais na administração pública
<input type="checkbox"/> 2.1 Defesa Social e Segurança Pública: desafios para a implantação de políticas públicas de segurança no Brasil <input type="checkbox"/> 2.2 Patologias corruptivas: diagnóstico e instrumentos de prevenção e de combate <input type="checkbox"/> 2.3 Constituição, políticas públicas e falibilidade do Direito nas sociedades periféricas: violência, proibicionismo e encarceramento
<p align="center">SETOR PROFISSIONAL ESPECÍFICO (Caso você faça parte de um dos setores profissionais abaixo, marque um X na respectiva opção)</p>
<input type="checkbox"/> Servidor efetivo da Procuradoria Geral do Estado de Goiás; <input type="checkbox"/> Conselheiro, procurador, auditor ou servidor efetivo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás; <input type="checkbox"/> Servidor efetivo da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás
<p align="center">POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PPI:</p>
Pretende concorrer ao Processo Seletivo através do sistema de cotas de Ação Afirmativas? <input type="checkbox"/> Sim; <input type="checkbox"/> Não
<p align="right">Goiânia, ____ de _____ de 2020.</p> <p align="center">_____ *Assinatura do Candidato(a)</p>

**Declaro estar ciente e de acordo com todas as regras e condições estabelecidas no Edital 01/2019 do Processo Seletivo 2019 do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da UFG, bem como estar ciente de que a não apresentação de TODOS os documentos conforme exigidos nesse edital implicarão no indeferimento da mesma.*

ANEXO II
TERMO DE AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, _____, CPF

_____, portador/a do documento de identidade

_____, me autodeclaro, para o fim específico de atender à documentação exigida pela Resolução CONSUNI 07/2015 e aderir ao Edital do Processo Seletivo do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Goiás, em nível de Mestrado Profissional () preto () pardo () indígena.

Declaro, também, estar ciente de que a prestação de informação falsa, apurada posteriormente ao ingresso no PPGIDH-UFG, em procedimento que me assegure o contraditório e ampla defesa, ensejará o cancelamento de minha matrícula na Universidade Federal de Goiás, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

Goiânia/GO, _____ de _____ de _____.

Assinatura do/a Candidato/a

Para atender ao disposto no parágrafo único do Art. 2º da Resolução CONSUNI Nº 7, de 24 de abril de 2015, no caso de indígena, deve ser apresentado, no ato da matrícula no curso, cópia do registro administrativo de nascimento de índios (RANI) OU declaração de pertencimento emitida pelo grupo indígena, assinada por liderança local.

ANEXO III

LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA DO PPGDP

Projetos de Pesquisa Linha 1 - Regulação, Efetividade e Controle Constitucional das Políticas Públicas:

Projeto 1.1:

Título: Avaliação, controle e adequação constitucional de políticas públicas nas linguagens jurídica e sociopolítica: experiências de efetividade

Docentes vinculados ao projeto 1.1: Prof. Dr. Saulo de Oliveira Pinto Coelho; Prof. Dr. Robert Bonifácio; Prof. Dr. José Querino Tavares Neto; Profa. Dra. Diva Julia Safe Coelho

Projeto 1.2:

Título: Finanças e políticas públicas: análises, planejamento e controle no contexto do federalismo cooperativo

Docentes vinculados ao projeto 1.2: Prof. Dr. Fabrício Motta; Prof. Dr. Leonardo Buíssa Freitas; Profa. Dra. Maria Sylvia di Pietro; Prof. Dr. Lucas Bevilacqua

Projeto 1.3:

Título: Políticas Públicas e Jurisdição Constitucional: controle de constitucionalidade e inclusão social

Professores vinculados ao projeto 1.3: Prof. Dr. Platon Azevedo Teixeira Neto; Prof. Dr. Saulo de Oliveira Pinto Coelho; Prof. Dr. José Querino Tavares Neto; Prof. Dr. Leonardo Buíssa Freitas; Profa. Dra. Andrea Costa

Projeto 1.4:

Título: Conflituosidade, consensualidade e políticas públicas: mediação, conciliação e arbitragem e outros mecanismos consensuais na administração pública

Docentes vinculados ao projeto 1.4: Prof. Dr. Cleuler Barbosa das Neves; Profa. Dra. Silzia Alves de Carvalho; Prof. Dr. Platon Azevedo Teixeira Neto; Profa. Dra. Andrea Costa

Projetos de Pesquisa Linha 2 - Segurança Pública: políticas e efetividade constitucional:

Projeto 2.1:

Título: Defesa Social e Segurança Pública: desafios para a implantação de políticas públicas de segurança no Brasil

Docentes vinculados ao projeto 2.1: Profa. Dra. Bartira Macedo de Miranda; Prof. Dr. Pedro Sergio dos Santos; Profa. Dra. Franciele Cardoso

Projeto 2.2:

Título: Patologias corruptivas: diagnóstico e instrumentos de prevenção e de combate **Docentes vinculados ao projeto 2.2:** Prof. Dr. Fabrício Motta; Prof. Dr. Robert Bonifácio; Prof. Dr. Saulo de Oliveira Pinto Coelho; Prof. Dr. Cleuler Barbora das Neves; Prof. Dr. Lucas Bevilacqua; Prof. Pedro Sergio dos Santos.

Projeto 2.3:

Título: Constituição, políticas públicas e falibilidade do Direito nas sociedades periféricas: violência, proibicionismo e encarceramento

Docentes participantes do projeto 2.3: Profa. Dra. Franciele Cardoso; Profa. Dra. Bartira Macedo de Miranda.

OBS: A descrição resumida de cada projeto de pesquisa acima listado, contendo as características básicas encontra-se na página oficial do PPGDP (ppgdp.direito.ufg.br), especificamente NO LINK: <https://ppgdp.direito.ufg.br/p/19504-projetos-prioritarios>

ANEXO IV
FICHA DE AVALIAÇÃO DO CURRÍCULUM VITAE

Nome do Candidato(a): _____

Versão preenchida por: () Candidato; () Subcomissão Avaliadora

Grupo 1 – Títulos acadêmicos

Serão considerados os títulos de reconhecimento pela legislação vigente na área de conhecimento ou área afim e pontuados apenas os concluídos.

1. Títulos (<i>máximo: 2 pontos</i>)	Quantidade	Pontuação
1.1 Graduação (0,5 ponto por curso concluído)		
1.2 Especialização (0,3 ponto por curso concluído)		
1.3 Mestrado (1 ponto por curso concluído)		
1.4 Doutorado (1 ponto por curso concluído)		
Pontuação do grupo 1:		

Grupo 2 – Produção intelectual

Será considerada a produção dos últimos 05 (cinco) anos, na área de conhecimento do Programa ou área afim

2. Publicações de textos acadêmicos ou profissionais (<i>máximo: 5 pontos</i>)	Quantidade	Pontuação
2.1 Artigo publicado em revista qualis A 1 e A2 (1 pontos por publicação)		
2.2 Artigo publicado em revista qualis B1 e B2 (0,8 pontos por publicação)		
2.3 Artigo publicado em revista qualis B3 e B4 (0,6 pontos por publicação)		
2.4 Artigo publicado em revista qualis B5 (0,4 pontos por publicação)		
2.5 Livro completo científico ou profissional de autoria individual (1 ponto por publicação)		
2.6 Capítulo de livro ou livro em co-autoria (0,6 pontos por publicação)		
2.7 Organização de livro (0,5 pontos por publicação)		
2.8 Artigo publicado em revista ou periódico, acadêmico ou profissional, Qualis C ou que não possua Qualis mas possua ISSN (0,2 pontos por publicação)		
2.9 Trabalhos completos publicados em anais de eventos (0,4 pontos por publicação) (<i>máximo dois pontos nesse item</i>)		
2.10 Resumos publicados em anais de eventos (0,2 pontos por publicação), (<i>máximo um ponto nesse item</i>)		
2.11 Organização de eventos científicos (com enfoque acadêmico ou profissional) (0,2 pontos por evento), mediante respectivo certificado ou declaração (<i>máximo um ponto nesse item</i>)		
Pontuação do grupo 2:		

Grupo 3 – Atividades acadêmicas

Serão consideradas as atividades compreendidas nos últimos 05 (cinco) anos. As frações de tempo superiores a 06 (seis) meses serão contadas como 01 (um) ano.

3. Docência, orientação, supervisão, monitoria, IC (<i>máximo: 3 pontos</i>)	Quantidade	Pontuação
---	------------	-----------

3.1 Exercício de magistério no ensino superior de pós-graduação lato sensu (0,2 pontos por cada módulo lecionado, sem repetição do mesmo módulo) (limite de um ponto)		
3.2 Exercício de magistério no ensino superior de graduação em Direito ou área afim ao Programa (0,4 pontos por ano) (limite de dois pontos)		
3.3 Outras atividades de docência: módulos em Cursos preparatórios, Escolas e Academias vinculados ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ao Legislativo, ao Tribunais de Contas ou à Advocacia; ou em cursos de extensão do gênero (0,2 ponto por atividade de docência comprovada, sem repetição da mesma atividade). (Máximo 1 ponto).		
3.4 Orientação de trabalho de conclusão de curso de pós-graduação concluído (0,4 ponto por orientação) Máximo 2 (dois pontos)		
3.5 Orientação de trabalho de conclusão de curso de graduação concluído (0,3 ponto por orientação). Máximo 3 (três) pontos		
3.6 Supervisão/orientação de iniciação científica, monitoria ou estágios profissionais, concluídas (0,1 ponto por supervisão/orientação), Máximo 1 ponto		
3.7 Realização de Iniciação Científica concluída junto ao CNPq ou Programa oficial de Iniciação Científica (0,5 por ano), máximo um ponto.		
3.8 Realização de monitoria em Disciplina no campo do Direito Público, sentido amplo, mediante respectiva declaração (0,4 pt. por ano, máximo um ponto).		
Pontuação do grupo 3:		

Grupo 4 – Atividades profissionais

Serão consideradas as atividades compreendidas nos últimos 05 (cinco) anos. As frações de tempo superiores a 06 (seis) meses serão contadas como 01 (um) ano.

4. Atividades profissionais (máximo: 3 pontos)	Quantidade	Pontuação
4.1 Advocacia privada (0,3 pontos por ano), não cumulativo com outras atividades profissionais no mesmo ano. Comprovação mediante: certidões da OAB, ou contrato social, ou carteira de trabalho. (máximo um ponto)		
4.2 Advocacia pública (procuradorias e defensorias) (0,3 pontos por ano)		
4.3 Magistratura (0,3 pontos por ano)		
4.4 Membro do Ministério Público (0,3 pontos por ano)		
4.5 Função Conselheiro, Auditor ou Procuradoria de Contas (0,3 pontos por ano)		
4.6 Outras atividades profissionais da área do direito (0,2 pontos por ano) (máximo um ponto)		
Pontuação do grupo 4		

Assinatura do(s) responsáveis pelo preenchimento:

ANEXO V

FICHA DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA

Código do projeto _____.

Critérios	Avaliação	Nota
A. Compatibilidade com a Linha de Pesquisa e Projeto de Pesquisa Institucional (ANEXO III) escolhidos, bem como relevância científica e profissional da pesquisa no campo do Direito e das Políticas Públicas (0 a 2 ponto)	() Péssimo 0,0pt	() Ruim 0,5pt
	() Regular 1,0pt	() Bom 1,5pt
	() Ótimo 2,0pts	
Considerações:		
B. Capacidade de desenvolvimento da proposta de projeto discente junto a(aos) membro(s) do corpo docente do Projeto Institucional indicado (0 a 1 pontos)	() Péssimo 0,0pt	() Ruim 0,25pt
	() Regular 0,5pt	() Bom 0,75pt
	() Ótimo 1,0pts	
Considerações:		
C. Demonstração de exequibilidade da proposta, para o tempo previsto do mestrado profissional. (0 a 1 ponto)	() Péssimo 0,0pt	() Ruim 0,25pt
	() Regular 0,5pt	() Bom 0,75pt
	() Ótimo 1,0pts	
Considerações:		
D. Qualidade da redação e da articulação dos conceitos e argumentos aos problemas e objetivos propostos (0 a 2 pontos)	() Péssimo 0,0pt	() Ruim 0,5pt
	() Regular 1,0pt	() Bom 1,5pt
	() Ótimo 2,0pts	
Considerações:		
E. Fundamentação teórica, consistência metodológica e adequação da bibliografia ao tema proposto (0 a 2 pontos)	() Péssimo 0,0pt	() Ruim 0,5pt
	() Regular 1,0pt	() Bom 1,5pt
	() Ótimo 2,0pts	
Considerações:		
F. Articulação da investigação proposta com a dimensão prático-profissional em que está inserida (0 a 2 pontos)	() Péssimo 0,0pt	() Ruim 0,5pt
	() Regular 1,0pt	() Bom 1,5pt
	() Ótimo 2,0pts	
Considerações:		
NOTA TOTAL (0 a 10 pontos)		

ANEXO VI

TEXTOS INDICADOS PARA A ANÁLISE DE CONHECIMENTOS ESPECIFICOS NO EXAME ORAL

BARCELOS, Ana Paula de. Constitucionalização das Políticas Públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático. In: SARLET, Ingo Wolfgang e TIMM, Luciano Benetti (orgs.). **Direitos Fundamentais orçamento e “reserva do possível”**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. pp. 111-147.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Método e Aplicações da Abordagem Direito e Políticas Públicas (DPP). **Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, p. 791-832, set./dez. 2019.

COUTINHO, Diogo R. O direito nas políticas públicas. MARQUES, Eduardo e FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Política Pública como Campo Multidisciplinar**. São Paulo: Ed. UNESP.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, 2000.

JANNUZZI, Paulo. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: três valores em disputa na avaliação de políticas e programas sociais. **Desenvolvimento em Debate**, v. 4, nº 1, 2016

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Políticas Públicas no Estado Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2013. pp. 97-175.

PINTO, Élide Graziane. 15 anos da LRF: ainda em busca do controle dos resultados das políticas públicas e da qualidade dos gastos públicos. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico**, n. 8, set.fev/2016. pp. 69-78.

PINTO, Isabela. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista Políticas Públicas**, v. 12, nº 1, 2008. pp. 27-36.

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, Jorge Renado; Leal, Rogério Gesta (orgs.). **Direitos Sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

ANEXO VII
FICHA DE AVALIAÇÃO DO EXAME ORAL

Nome do Candidato _____.

Critérios	Avaliação					Nota
<p>A. Grau de conhecimento demonstrado sobre os textos do Anexo V indicados na arguição (s) questão(ões) (valor: de 0 a 2,0 pontos);</p>	<input type="checkbox"/> Péssimo 0,0pt	<input type="checkbox"/> Ruim 0,5pt	<input type="checkbox"/> Regular 1,0pt	<input type="checkbox"/> Bom 1,5pt	<input type="checkbox"/> Ótimo 2,0pts	
<p>Considerações:</p>						
<p>B. Capacidade em depreender o sentido das teses, conceitos e argumentos apresentados pelo(s) texto(s) indicados e responder ao proposto com coerência e clareza quanto aos argumentos e correção quanto ao perguntado (valor: de 0 a 2,0 pontos).</p>	<input type="checkbox"/> Péssimo 0,0pt	<input type="checkbox"/> Ruim 0,5pt	<input type="checkbox"/> Regular 1,0pt	<input type="checkbox"/> Bom 1,5pt	<input type="checkbox"/> Ótimo 2,0pts	
<p>Considerações:</p>						
<p>C. Demonstração de conhecimentos sobre o estado da arte do debate científico acerca da linha de pesquisa e do projeto institucional para os quais apresenta a inscrição, bem como acerca do recorte do projeto de pesquisa discente proposto na inscrição, especialmente quanto ao fenômenos sociais e jurídicos e problemas profissionais diretamente pertinentes ao tema (0 a 2,0 pontos);</p>	<input type="checkbox"/> Péssimo 0,0pt	<input type="checkbox"/> Ruim 0,5pt	<input type="checkbox"/> Regular 1,0pt	<input type="checkbox"/> Bom 1,5pt	<input type="checkbox"/> Ótimo 2,0pts	
<p>Considerações:</p>						
<p>D. Potencialidades do(a) candidato(a) para a realização de pesquisa e de estudos avançados no âmbito do Programa, notadamente em vista da exequibilidade do projeto e da demonstração das capacidades de bem executar o projeto (0 a 2,0 pontos);</p>	<input type="checkbox"/> Péssimo 0,0pt	<input type="checkbox"/> Ruim 0,5pt	<input type="checkbox"/> Regular 1,0pt	<input type="checkbox"/> Bom 1,5pt	<input type="checkbox"/> Ótimo 2,0pts	
<p>Considerações:</p>						
<p>E. Domínio do ferramental científico metodológico que a banca entende necessário à consecução do projeto, seja aquele diretamente indicado no mesmo, seja aquele que a banca entender necessário à execução dos objetivos da pesquisa, ainda que não indicados pelo candidato (0 a 2,0 pontos)</p>	<input type="checkbox"/> Péssimo 0,0pt	<input type="checkbox"/> Ruim 0,5pt	<input type="checkbox"/> Regular 1,0pt	<input type="checkbox"/> Bom 1,5pt	<input type="checkbox"/> Ótimo 2,0pts	
<p>Considerações:</p>						
	NOTA TOTAL (0 a 10 pontos)					

